

Programa Institucional de Articulação Intersectorial em Violência e Saúde

Relatório executivo da oficina temática

VIOLÊNCIAS, TERRITÓRIOS E CIDADANIA

**Coordenação: Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli
(CLAVES/ENSP/FIOCRUZ)**

Organizadores

Fernanda Mendes (coordenadora executiva do PI), Fátima Pivetta (Ensp), Maria das Mercês Navarro Vasconcellos(Ensp), Maria Paula de Oliveira Bonatto (COC), Mayalu Matos Silva (coordenadora executiva do PI), Fransérgio Goulart (Fórum Social de Manguinhos), com a colaboração de Leonardo Bueno (Cooperação Social da Fiocruz).

6 de junho de 2017 - 9-17hs

Local: Expansão do Campus, sala 402

Sumário

1. Apresentação

1.1. Eixos

2. Objetivo do Resumo Executivo

3. A oficina

3.1. Convidados

3.2. Principais conteúdos explicitados nos diálogos que compuseram a oficina

3.2.1. O Racismo como Dimensão Estruturante das Violências

3.2.2. Violência Policial nas Favelas: experiências de vida e respostas sociais dos profissionais de saúde e moradores

3.2.3. Desmonte do Estado de Direito e Militarização do Social

3.2.4. Impactos da Violência sobre a Saúde

3.2.5. As ações nas unidades da Fiocruz

4. Propostas de diretrizes políticas para Fiocruz no enfrentamento da problemática Violência e Saúde

5. Articulação do trabalho realizado pelas unidades da Fiocruz com os eixos de ação propostas no Programa Institucional de Articulação Intersetorial em Violência e Saúde

1. Apresentação

A oficina "**VIOLÊNCIAS, TERRITÓRIOS E CIDADANIA**" integra o processo de implantação do Programa Institucional de Articulação Intersectorial em Violência e Saúde (PI), afirmando o tema como questão estratégica para a Fiocruz a fim de definir um posicionamento político institucional, bem como integrar esforços das diversas unidades em prol do desenvolvimento de conhecimentos, metodologias e práticas que ampliem a efetividade do enfrentamento das violências.

Cabe à Fiocruz, como uma instituição de saúde nacional que tem como missão contribuir para a promoção da saúde e qualidade de vida da população brasileira e para a redução das desigualdades sociais, contribuir para aprofundar o conhecimento sobre as causas, consequências e possíveis soluções para os diversos tipos de violências que assolam diferentes territórios e o país como um todo.

Foi objetivo desta oficina ampliar a compreensão da relação entre violência e saúde por meio de sua análise pela ótica da determinação social da saúde¹, dos processos de desenvolvimento econômico e dos conflitos territoriais e ambientais, estruturando-se a partir de um Termo de Referência, e definindo diretrizes que fornecerão subsídios para a atuação e definição de posicionamentos institucionais.

É importante sublinhar que o conceito de território² tratado na oficina diz respeito não apenas ao lugar ocupado, mas às relações de poder definidas por diferentes interesses que estão em jogo nas interações sociais vigentes. Relações que são local e globalmente determinadas pelo contexto societário constituído por disputas que ocorrem nos diferentes campos de atuação (ético, econômico, político, cultural ...) e que sustentam e são sustentadas por diferentes visões de mundo. Nesse sentido, interessa registrar que o imaginário social está em disputa, construindo limites e possibilidades coletivas de enfrentamento da questão.

¹ Uma referência importante em relação a essa perspectiva pode ser encontrada no artigo de Albuquerque e Silva. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38n103/0103-1104-sdeb-38-103-0953.pdf>>. Acesso em 02.08.2017.

² O conceito de território que informa esse relatório se referencia no texto disponibilizado no site do Laboratório Territorial de Manguinhos/ ENSP/Fiocruz. "Na geografia, ele é definido por Milton Santos como "território usado", aquele que é construído pelas pessoas. É sinônimo de espaço humano, espaço habitado. O uso do território resulta e é produto histórico das necessidades e interesses humanos, sejam eles econômicos, culturais, morais, sociais e afetivos. Ou seja, o uso do território pelo trabalho, pela economia, pela religião, pelos diferentes setores de governo como a saúde, a educação, a segurança pública pelos grupos sociais, locais ou não, e tantos outros. O território é sempre um campo de atuação, de expressão do poder público, privado, governamental ou não-governamental, e, sobretudo populacional. Cada território tem uma determinada área, uma população e uma instância de poder". Disponível em <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=node/94>. Acesso em 02.08.2017.

Para abordar a temática, a oficina trabalhou a partir de três eixos.

1.1. Eixos

1. Modelo de desenvolvimento e territorialização das violências

Importa levantar quais processos socioeconômicos e políticos estão por trás da produção de conflitos territorializados nas áreas rurais e urbanas, através de uma análise focada nos processos de determinação social, política, econômica e cultural da saúde que são produzidos pelo modelo de desenvolvimento adotado de forma hegemônica pela sociedade. A discussão sobre a territorialização das violências passa necessariamente pela análise de como o modo de produção capitalista produz territórios profundamente marcados pelas desigualdades sociais e por práticas de exceção em um contexto formalmente definido como Estado democrático de direito.

2. Violências e violações de direitos humanos em diferentes territórios

A produção socioespacial de diferentes formas de violências e violações de direitos humanos vai para além dos momentos mais dramáticos ou agudos de violação física ou material. As diversas formas de violência se combinam produzindo efeitos cumulativos que agravam os processos de vulnerabilização produzidos pela sociedade comprometendo a vida e a saúde de populações e comunidades de territórios específicos, em especial aqueles onde vivem populações pobres e pretas. As violências ocorrem, assim, sob diversas formas, que devem ser reconhecidas e descritas nos modos como operam e nos efeitos que produzem.

3. Políticas Públicas de (In)Segurança e controle social

A relação entre políticas públicas e processos de vulnerabilização e exposição a violências é um foco importante para a compreensão desse tema, especialmente no que tange às políticas de segurança pública. Cabe questionar como essas políticas, conhecidas pelo uso intensivo de armas de fogo em espaços públicos e desenvolvidas de forma diferenciada em territórios vulnerabilizados, estão colocando em risco a vida e a saúde das populações.

2. Objetivo do Resumo Executivo

Registrar, sistematizar, publicizar e fazer circular as contribuições da oficina temática organizada pelo grupo de trabalho do PI acerca dos debates produzidos, visando colaborar para balizar a construção e implementação de diretrizes políticas que fundamentem o posicionamento da Fiocruz no campo das relações entre violências, territórios e cidadania e subsidiem a composição do Programa Institucional de Articulação Intersetorial em Violência e Saúde.

3. A oficina

3.1. Convidados

Palestrantes:

Anastácia Santos e Jorge Nadais - Agentes Comunitários de Saúde do Teias Escola de Manguinhos e da Comissão dos Agentes Comunitários de Manguinhos do Município do Rio de Janeiro (COMACS).

Fernanda Vieira - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/Direção estadual Rio de Janeiro/Núcleo Direitos Humanos.

Como provocação ao debate foi apresentado um vídeo com a fala do professor Silvio Almeida, Pós-doutor pelo departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito (USP), cujo tema central é o racismo estrutural, questão considerada fundamental para aprofundar as reflexões sobre o tema da oficina³.

Debatedores:

Mônica Francisco da Rede Borel⁴, Mônica Cunha do Projeto Moleque⁵, Paloma Gomes do Movimento Favelas Contra a Violência⁶ e Regina Erthal do Departamento de Direitos Humanos e Saúde da ENSP.

3.2. Principais conteúdos explicitados nos diálogos que compuseram a oficina

3.2.1. O Racismo como Dimensão Estruturante das Violências

O racismo estrutural foi tema central na discussão, sendo sinalizada sua necessária visibilidade, justificada por seus efeitos nefastos.

O racismo estrutural se configura como uma forma de racionalidade, de funcionamento da vida cotidiana que envolve dimensões tão diversas como economia, política e subjetividade e que se configura como um elemento fundamental da exploração econômica e opressão na qual vive a população negra no país⁷. Ele é um determinante estrutural dos processos de saúde e doença.

³ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU&t=2s>. Acesso em: 06/06/2017.

⁴ A Rede Borel tem como objetivo articular e unir instituições locais e moradores para elaborar, desenvolver e executar um plano de desenvolvimento local em parceria com poder público, iniciativa privada e outras organizações da sociedade civil.

⁵ Movimento de mães pelos direitos dos adolescentes autores de atos infracionais.

⁶ Esse movimento surge da Comissão contra violência de Manguinhos e tem a proposta de unificar forças para as lutas. É composto por atores sociais de movimentos e coletivos de territórios de favelas.

⁷ A população indígena também é vítima dessa situação, porém, em termos quantitativos, a violência contra a população negra se destaca.

Essa dimensão do racismo atua na estrutura social e pode ser compreendida, por exemplo, a partir de dados de pesquisas que mostram que o grupo social mais afetado pela carga tributária brasileira são as mulheres negras. A estrutura do sistema tributário, funcionando a partir de sua normalidade, reproduz as condições de desigualdade que colocam as mulheres negras no final da pirâmide social, pois elas recebem os menores salários. Como a tributação brasileira é estruturada para incidir sobre consumo e sobre salário, as pessoas que ganham menos e que também consomem, são aquelas que irão pagar proporcionalmente mais.

Esse percurso de vulnerabilização econômica, junto a uma crescente precarização de direitos básicos como moradia, educação e saúde, vem construindo itinerários que colocam segmentos da população expostos a diversos tipos de violências. Entre 2003 e 2013, a violência entre as mulheres brancas recuou 10% e a violência contra as mulheres negras aumentou 54,5%⁸. O Atlas da violência 2017, do IPEA, mostra que o sujeito preferencial nos territórios criminalizados, espaços de pobreza, ainda continua sendo o jovem negro com pouca escolaridade, mas que também vem surgindo como novo alvo da violência: a jovem negra.

A população negra moradora da periferia é o alvo preferencial tanto dos encarceramentos, quanto dos homicídios. Estima-se que 77% dos jovens mortos nos últimos anos sejam negros⁹. Nos sistemas prisional e socioeducativo, o encarceramento perpetua a violação de direitos, visível no âmbito da saúde e da integridade física dos adultos e jovens.

A dimensão dos homicídios de jovens se expressa localmente em Manguinhos, território de um dos principais campi da Fiocruz. O movimento Mães de Manguinhos, uma rede de mães que perderam seus filhos assassinados, integra a Rede Nacional de Familiares Vítimas da Violência de Estado, criada em 2015, como um resultado cruel de uma situação nacional de violência contra jovens negros periféricos.

Essa situação de exposição às violências, não obstante sua gravidade, não tem produzido na sociedade o impacto necessário para um efetivo enfrentamento desse problema. As violências contra a população negra são naturalizadas invisibilizadas na sociedade e carecem de políticas públicas efetivas para seu enfrentamento. Nesse sentido, a luta pela construção de uma sociedade mais justa e menos violenta passa, necessariamente, pelo enfrentamento ao racismo na sua dimensão estrutural.

3.2.2. Violência Policial nas Favelas: experiências de vida e respostas sociais dos profissionais de saúde e moradores

⁸ "Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil". Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/11/mulheres-negras-sao-mais-assassinadas-com-violencia-no-brasil>>. Acesso em 02.08.2017.

⁹ Idem.

No ano de 2017 os confrontos com violência armada se intensificaram muito no território de Manguinhos, impedindo, muitas vezes, o pleno funcionamento das instituições presentes no território. No decorrer do mês de março¹⁰, durante 15 dias úteis (23 dias no mês), houve ocorrências policiais em que as pessoas foram impedidas de trabalhar, creches e escolas foram fechadas, aulas foram suspensas e o sistema de saúde parou. Vale destacar que a Fiocruz, através de uma parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, faz a gestão de 13 equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Na visão de moradores, movimentos sociais e trabalhadores, a política pública de segurança direcionada à favela é uma política de genocídio, de extermínio, que reduz o enfrentamento dos problemas ao campo de uma atuação de confronto armado. Ilustra tal política o seguinte grito de guerra do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) “Homem de preto qual é a sua missão, entrar na favela e deixar corpo no chão”, entre outros entoados pelo “caveirão”¹¹ em seu trânsito pelas favelas “Eu vim buscar sua alma”, destacadas pelos moradores e movimentos sociais participantes da oficina.

A violência armada leva a população e o próprio serviço público de saúde a tentativas de auto organização em rede buscando organizar a fuga e apoio nas ocasiões de episódios violentos, buscando garantir a sobrevivência da população e o funcionamento das ações de saúde. A Comissão dos Agentes Comunitários de Manguinhos do Município do Rio de Janeiro (COMACS) tem feito um esforço de registro e sistematização dos eventos violentos a fim de demonstrar a relação dos mesmos com os baixos índices de produtividade do serviço e também como forma de tentar entender o impacto da violência nas comorbidades dos pacientes e dos trabalhadores.

Os trabalhadores da saúde e os moradores referem uma sensação de estarem no “*front* de guerra”, sempre de prontidão para fugir dos tiroteios e proteger suas próprias vidas. As ameaças cotidianas provém tanto do tráfico, quanto da polícia, oprimindo os moradores. Houve uma mudança no perfil dos traficantes, que não são mais das comunidades que compõem Manguinhos, mas provem de outros lugares. Por este motivo, não há mais uma relação de proximidade. Além de tudo, as operações policiais acontecem nos horários de deslocamento das pessoas para o trabalho e escola, imprimindo ainda mais riscos à circulação.

A chamada Guerra às Drogas é entendida, nesse contexto, como uma guerra aos territórios de pobreza, territórios estes criminalizados e alvo de intensa violência

¹⁰ Referente aos serviços da ESF que são baseados no Centro de Saúde.

¹¹ Nome popular dado ao carro blindado usado pelo batalhão de operações policiais da PMRJ em incursões nas favelas na capital fluminense.

armada, onde se observa uma afronta aos direitos básicos como a garantia à vida e ao direito de ir e vir.

3.2.3. Desmonte do Estado de Direito e Militarização do Social

O avanço da gestão do capital e do neoliberalismo, em escala global, tem como característica a redução das políticas públicas e um avanço da desregulamentação do trabalho. A solidificação desse modelo neoliberal está gerando, no plano social, uma aceitação de que o caminho único de ação para acabar com a sensação de desordem e com a violência estrutural é a ampliação do leque estatal no plano militar e penal. Segundo essa visão o extermínio das populações ditas *periculosas* não é fruto do insucesso da política de controle social, mas integra o atual modelo de gestão da violência. A construção do outro como inimigo justifica inclusive sua eliminação.

Essa situação é concretizada toda vez que as forças policiais entram nas favelas para eliminar e contabilizar corpos. Mais polícia, mais cadeia, mais armamento. No Brasil, a partir dos anos 2000, observa-se um componente de militarização do social, uma agenda de intervenção nos territórios da pobreza e da negritude, muito mais ofensiva em termos de patrulhamento e controle punitivo, tanto nas cidades como no campo.

Na área rural observa-se também o desmonte das políticas públicas de direitos e conquistas lavradas na Constituição de 1988, o que se relaciona ao momento de graves conflitos agrários, com diversos massacres e o silêncio do Estado diante da indignação social gerada. Amplia-se a disputa do capital com ofensividade intensa por locais com riquezas de bens naturais como água e florestas, em especial na usurpação de territórios indígenas e quilombolas. Esse movimento envolve a mercantilização ilegal das terras associadas a processos de concentração fundiária, a ampliação dos territórios de compra por setores estrangeiros, a gentrificação e o controle sobre os alimentos, questões de caráter violento e de cunho ideológico e econômico.

3.2.4. Impactos da Violência sobre a Saúde

A violência estrutural se expressa nas violações de direitos, extremamente mais intensas em alguns territórios do que em outros. A população desses territórios pertence a classe social¹² mais economicamente fragilizada devido a estrutura social que se mantêm por meio de processos de exploração do trabalhador e de

¹² Para maior discussão, ver a obra *A Ralé Brasileira* de Jessé de Souza, onde há uma categorização das classes sociais no Brasil: Classe dos Endinheirados; Classe média; Classe de trabalhadores precarizados; Ralé. Disponível também em <https://www.youtube.com/watch?v=h89G2sjaafM>. Acesso em 05.07.2017.

concentração de riquezas¹³ e de poder. As favelas do Rio de Janeiro são exemplos de territórios onde vivem as classes sociais mais subalternizadas pelos processos de produção de desigualdades e injustiças sociais.

Essa situação atinge também aqueles que trabalham nesses territórios que, mesmo que com menor intensidade, têm afetada sua saúde mental e física. São altos os níveis de angústia que se expressam na pressão alta, insônia, estresse, depressão e síndrome do pânico, entre outros sintomas recorrentes. Profissionais de saúde, moradores e pesquisadores presentes na oficina relataram que a vivência cotidiana de situações de violência leva ao adoecimento. *A dificuldade de encontrar soluções e encaminhamentos é realidade. Muitos momentos de encontros, como reuniões, acabam fazendo as vezes de terapia ou rodas solidárias quando as pessoas buscam se apoiar mutuamente diante de uma realidade opressora, violenta e difícil de ser elaborada e resolvida. Uma questão que se coloca é o desafio de dar maior operacionalidade a esses grupos “terapêuticos”, apontando ações efetivas que possam ajudar a transformar a realidade, produzindo ações de enfrentamento para, minimamente, reduzir danos, interromper trajetórias de assassinatos de jovens negros, interferir no processo de genocídio e de encarceramento em massa.*

3.2.5. As ações nas unidades da Fiocruz

A segunda parte da oficina foi realizada por um grupo composto por representantes da Presidência e das seguintes unidades: Ensp, COC, IOC, IFF, EPSJV e COGEPE. Seu objetivo foi avaliar os recursos institucionais e os papéis de cada unidade em relação as ações no campo da temática debatida na oficina e em especial sobre as interfaces destas com os territórios dos quais as Unidades em particular e a Fiocruz como um todo são partes integrantes. Neste sentido, vale destacar a heterogeneidade da Fiocruz, que só no município do Rio de Janeiro integra diversos territórios como Manguinhos, Maré, Jacarepaguá, Flamengo. Outras unidades situam-se em Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Brasília/DF, Curitiba/PR, Manaus/AM, Salvador/BA, Fortaleza/CE.

As unidades apresentaram as atividades que já desenvolvem ou têm possibilidades de desenvolver para trabalhar relacionadas ao tema debatido na oficina de ação sobre essa temática, circulando este conhecimento entre o grupo e fortalecendo as relações e informações.

¹³ “2015 será lembrado como o primeiro ano da série histórica no qual a riqueza de 1% da população mundial alcançou a metade do valor total de ativos. Em outras palavras: 1% da população mundial, aqueles que têm um patrimônio avaliado em 760.000 dólares (2,96 milhões de reais), possuem tanto dinheiro líquido e investido quanto o 99% restante da população mundial”. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736_267255.html?rel=mas. Acesso em 05.07.2017.

A ENSP apresentou a síntese dos resultados da reunião ampliada realizada pelo Subcomitê da ENSP para o Enfrentamento das Violências para subsidiar a participação dessa unidade na Oficina "VIOLÊNCIAS, TERRITÓRIOS E CIDADANIA"¹⁴.

4. Propostas de diretrizes políticas para Fiocruz no enfrentamento da problemática Violência e Saúde

No enfrentamento da problemática referente as relações entre os variados tipos de violência com a saúde, a Fiocruz se compromete a, por meio do seu trabalho em si e não apenas por meio de atividades paralelas, eventuais e pontuais, estabelecer em todas as suas unidades e setores objetivos e metas que ampliem as possibilidades dessa instituição, no exercício de ações voltadas para o cumprimento de sua missão:

1. Fortalecer os debates acerca da abordagem da determinação social da saúde, internamente às unidades e externamente junto à sociedade, nas análises e ações referentes às relações entre violência e saúde;
2. Fortalecer a perspectiva de que a Fiocruz compõe territórios locais, onde estão implantadas as suas unidades, e o território nacional. O compromisso histórico de assumir esse pertencimento a territórios faz com que essa instituição, a partir da vivência e análises de situações concretas, amplie as suas possibilidades de produzir conhecimentos sobre as relações entre modelo de desenvolvimento, violências e saúde de forma a subsidiar processos de produção social, cultural e política da saúde;
3. Potencializar a atuação institucional por meio do fortalecimento de colaborações produtoras de sinergias e articulações em redes intra e intersetoriais e interinstitucionais no campo das políticas públicas para ampliar os efeitos de um trabalho colaborativo construído em diálogo com a sociedade, principalmente com os movimentos sociais e com a parcela da população que tem a sua saúde mais vulnerabilizada pelas violências geradas pelo modelo de desenvolvimento em curso no país.

5. Articulação do trabalho realizado pelas unidades da Fiocruz com os eixos de ação propostas no Programa Institucional de Articulação Intersectorial em Violência e Saúde

Para organização das ações e a fim de destacar um caráter estratégico para o Programa Institucional e para a oficina, utilizou-se indicadores inicialmente criados para monitoramento e avaliação das ações de municípios no enfrentamento da violência intrafamiliar e da exploração sexual de crianças e adolescentes (Deslandes, Mendes e Luz, 2014)¹⁵. O conjunto de indicadores engloba a avaliação em cinco dimensões, consideradas como eixos de ação para a organização das propostas sobre como as unidades da Fiocruz podem atuar para colaborar no enfrentamento da

¹⁴ Para maiores detalhes conferir documento anexo.

¹⁵ Deslandes, S.F; Mendes, C.H.F; Luz, E.S. Análise de desempenho de sistema de indicadores para o enfrentamento da violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3):865-874, 2014

questão. Tomou-se também como norte a noção de enfrentamento à violência (SPM, 2011),¹⁶ seguindo orientação do Ministério da Saúde.

Seguem abaixo os eixos, cujas propostas estão sendo organizadas pela coordenação do PI e serão divulgadas no relatório final conjunto das oficinas.

- I. Prevenção e promoção de relações protetoras, amorosas, no território, nas famílias, nas instituições
- II. Atendimento às vítimas, digno, efetivo, humanizado, capilarizado
- III. Qualificação da informação
- IV. Fortalecimento dos sistemas de garantia de direitos
- V. Responsabilização, melhoria das esferas de justiça
- VI. Realização de pesquisas¹⁷

Anexo I

Síntese dos resultados reunião ampliada do Subcomitê da ENSP para o Enfrentamento das Violências, no dia 01/06/17, para subsidiar a participação dessa unidade na Oficina "VIOLÊNCIAS, TERRITÓRIOS E CIDADANIA".

A ENSP apresentou também uma síntese dos resultados da reunião ampliada que o Subcomitê da ENSP para o Enfrentamento das Violências realizou o dia 01/06/17 para subsidiar a participação dessa unidade na Oficina "VIOLÊNCIAS, TERRITÓRIOS E CIDADANIA". Fez parte dessa apresentação a leitura da transcrição do depoimento que um morador de Manguinhos fez no final dessa atividade e que conseguiu traduzir de forma bastante precisa uma síntese do sentido político que caracterizou o debate que aconteceu nessa reunião. Para que essa reunião preparatória alcance de forma mais ampliada o seu objetivo de subsidiar a reflexão sobre a temática em debate reproduzimos a seguir um trecho desse depoimento síntese:

A gente vive um modelo falso de sociedade no qual até essa palavra sociedade é uma mentira. No sistema que a gente vive tudo é feito para controlar o povo com mentira. Mentiras que existem para as pessoas não verem as causas dos problemas. As pessoas só conseguem ver as consequências dos problemas que a gente vive. A situação é muito complexa. O modelo econômico é esse que está aí mesmo. No projeto capitalista está a violência. A violência é a forma de manter as pessoas acuadas sem capacidade de reagir, incapaz de fazer alguma coisa. Isso aí está no projeto capitalista. Então todos que entram para administrar por meio de eleições, é para administrar isso. As eleições são uma farsa sobre democracia no Brasil. Nunca existiu democracia no Brasil. Todas as pessoas que assumem a administração pública até falam nesse assunto antes da eleição, mas depois que chegam lá trabalham nesse projeto capitalista. Então esse projeto capitalista é cada vez arrochar um pouquinho mais e a violência é uma forma de diminuir essa população sobrando da qual o sistema não está mais precisando. Quanto mais enfraquecer essas

¹⁶ Brasil, Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, 2011.

¹⁷ Este eixo foi sugerido na oficina.

classes melhor para o controle. Diante de tudo isso é muito importante termos os pés no chão. Se quiser fazer alguma coisa é um trabalho a longo prazo, eu não vejo solução a curto prazo. Esse tem de ser um projeto a longo prazo. É preciso ir para as bases. (...)” (Palavras do Sr José Beserra - Morador de Manguinhos há 47 anos onde é militante do Movimento das Comunidades Populares e conselheiro do Conselho Gestor Intersetorial do Teias Escola Manguinhos.)

Nesse depoimento o Sr Beserra apresenta de forma muito clara e objetiva a natureza estrutural das violências que afetam territórios como Manguinhos. Ele aponta para a necessidade da utilização de uma metodologia por meio da qual as ações são construídas com a efetiva participação dos moradores de territórios como este. Porque, como diz Sr Beserra: “ só a sociedade pode dar jeito nessa situação que a gente atravessa.” Essa afirmação do Sr Beserra se coaduna com resultados de pesquisas feitas por um dos profissionais da Fiocruz que se dedicou a estudar as relações entre essa instituição e as populações desse território e outros próximos.

Depois de vários esforços para melhor compreender esse campo de idéias (Valla, 1992; Valla, 1993), duas questões têm ficado mais claras para mim. A primeira é que nossa dificuldade de compreender o que os membros das chamadas classes subalternas estão nos dizendo está relacionada mais com a nossa postura do que com questões técnicas como, por exemplo linguísticas. Falo de postura, referindo-me a nossa dificuldade em aceitar que as pessoas ‘humildes, pobres, moradoras da periferia’ são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade e, dessa forma, fazer uma interpretação que contribui para a avaliação que nós fazemos da mesma sociedade. (VALLA, 1996, p. 178)

Essas considerações contribuem para que as diretrizes políticas que a Fiocruz construirá nessas oficinas para orientar o seu trabalho em relação a temática das relações entre violências e saúde. Elas ajudam a entender que essas diretrizes precisam apontar para a necessidade da instituição assumir o compromisso de estabelecer com a sociedade, e principalmente com as classe subalternizadas pela violência estrutural, um tipo de relação que efetivamente considere e respeite o ponto de vista dessas pessoas. Para que essa observação fique mais concreta é importante recorrer a um exemplo ao qual o professor Valla se refere:

O exemplo que ilustra este ponto é o trabalho que o profissional de saúde pública desenvolve com a população moradora das favelas e bairros periféricos. Toda proposta dos sanitaristas pressupõe a "previsão" como categoria principal, pois a própria idéia de prevenção implica num olhar para o futuro. Mas, poderia ser levantado como hipótese de que estes setores da população conduzem suas vidas com a categoria principal de "provisão". Com isso se quer dizer que a lembrança da fome e das dificuldades de sobrevivência, enfrentadas no passado, faz com que o olhar principal seja voltado para o passado e preocupado em prover o dia de hoje. Uma idéia de "acumulação", portanto. Neste sentido a proposta da "previsão" estaria em conflito direto com a da "provisão". (VALLA, 1996, p. 179)

Esse resultado de pesquisa, que compõe a citação acima, evidencia o fato de que a adoção de estratégias metodológicas que garantam a efetividade do diálogo não é algo que se localiza apenas no campo ético-político mas também no campo científico. Portanto na relação entre a Fiocruz com a sociedade, especialmente com as classes

subalternizadas, é necessário ser rigoroso na adoção de uma metodologia de efetiva construção coletiva das ações. Mantendo a coerência com essa diretriz ético-política-científica trazemos a seguir o depoimento de um profissional do Centro de Saúde Germano Sinval Faria que atende parte da população de Manguinhos como mais um subsídio produzido na reunião realizada na ENSP como preparação para essa oficina:

No último ano no consultório as pessoas estão me falando coisas sobre a violência no território que é até difícil de passar para o papel, para o prontuário. As pessoas estão dizendo que a situação no território nunca esteve tão difícil como estão agora. As pessoas que estão fora daqui principalmente os governantes não conseguem se conectar a tudo isso que acontece nesse território. Por mais que a Fiocruz tente colocar isso em um papel de uma forma mais formal, isso não vai ter efeito. Na minha opinião tinha de colocar mais é as narrativas das pessoas sobre o que elas passam, do que elas vivem, de um modo mais informal para atingir melhor as pessoas. Daria um impacto maior. Quando isso é transformado em uma linguagem mais formal, uma linguagem mais política as pessoas não se mobilizam. A Fiocruz deveria se aproximar mais de uma linguagem mais informal para levar isso com uma mensagem mais forte e produziria mais mobilização. Essas coisas só vão melhorar mesmo com a mobilização da população. A ENSP tem todo um aparato para ajudar nisso e pode ser um grande catalisador dessa transformação que deve partir da população. (trecho do relatório da reunião ampliada que o Subcomitê da ENSP para o Enfrentamento das Violências realizou o dia 01/06/17 para subsidiar a participação dessa unidade na Oficina "VIOLÊNCIAS, TERRITÓRIOS E CIDADANIA".)

Esse depoimento se relaciona muito diretamente com outro trecho do artigo que citamos acima.

Ao relatar as relações de profissionais/mediadores com a população, uma contribuição importante parece ser a de citar o máximo possível a fala desta, pois tal procedimento permite que outros tenham a possibilidade de interpretar o que está sendo dito. A própria forma de relatar uma experiência indica a concepção de mundo de quem faz o relato. Neste sentido, é possível afirmar que os profissionais e a população não vivem a mesma experiência da mesma maneira. A forma de trabalho dos profissionais (no partido político, na associação de moradores, na igreja) pode não estar levando isso em conta, principalmente porque o projeto que se desenvolve é provavelmente anterior ao contato com a população. " (VALLA, 1996, p. 179)

Assim, conhecimentos acumulados por meio de práticas profissionais, pesquisas científicas e de diálogo com a população podem ser articulados para ampliar as possibilidades da Fiocruz, enquanto instituição pública e estratégica do Estado Brasileiro no campo da Saúde Pública, contribuir para fortalecer a população no enfrentamento dos problemas relativos às violências que comprometem a vida e a saúde em território subalternizados como é o caso de Manguinhos que serviu de base para a reflexão produzida aqui.